



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria do Banco Citibank S.A. (Banco), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos administradores as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: O Banco apresentou um lucro líquido de R\$ 1.295.734 (2020 - R\$ 909.601), correspondente a R\$ 45,77 (2020 - R\$ 32,13) por lote de mil ações, o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio de 20,40% (2020 - 29,64%). Em 31 de dezembro de 2021, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,31% (2020 - 17,66%).

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Banco distribuiu juros sobre capital próprio no montante de R\$ 396.038 (2020 - R\$ 289.512) e distribuiu dividendos no valor de R\$ 2.500.000 (2020 - R\$ 26.795). Essa distribuição de dividendos ficou dentro do limite de "reserva de lucros/capital social" da Lei das S.A. do Banco, mantendo o nível de capital do Conglomerado

Prudencial, conforme apresentado ao DEORF (Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil) e aprovado aumento em 13 de dezembro de 2021. A resolução do Banco Central nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, que alterou a Resolução nº 4.820 de 29 de maio de 2020, a qual restringia a distribuição de lucros e a redução do capital social, limitou a distribuição de lucros acumulados do exercício de 2020 em até 30% do lucro líquido. Não houve essa limitação para o exercício de 2021.

Durante o exercício de 2020, como uma das medidas de proteção do Sistema Financeiro Nacional em decorrência dos efeitos da pandemia, o Banco Central do Brasil restringiu o volume de pagamentos de dividendos. Esta restrição associada ao resultado apresentado no exercício fez com que o volume de reserva de lucros do Banco Citibank S.A. excedesse o valor de Capital Social. Para adequar o indicador de "reserva de lucros/capital social" em 2021, foi remetido um valor adicional de lucros de R\$2.500.000. Como o Citi Brasil vem adotando uma estratégia de crescimento de ativos, este mesmo montante de R\$2.500.000 foi capitalizado no Citibank NA - Filial Brasileira, de maneira a manter confortáveis os níveis de capital em nível do Conglomerado Prudencial/Financeiro.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até três representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas e; (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições. O resumo do relatório que contempla as atividades exercidas pelo comitê acompanha as Demonstrações Financeiras do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2021, as quais foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 25 de março de 2022.

São Paulo, 25 de março de 2022.

A Diretoria

Demonstrações dos Resultados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2021	2021	2020	2020
Recargas da intermediação financeira		4.157.715	6.175.772	7.158.856	7.158.856
Operações de crédito	8.g	1.325.966	1.790.190	1.763.379	1.763.379
Operações de arrendamento mercantil		20.787	38.159	41.107	41.107
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	1.765.668	2.706.144	3.745.535	3.745.535
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	7.e	642.728	1.489.472	1.665.350	1.665.350
Resultado de operações de câmbio	9.b	270.310	(13.260)	(104.239)	(104.239)
Resultado de aplicações compulsórias		132.256	165.067	47.724	47.724
Despesas da intermediação financeira	(2.502.818)	(3.083.404)	(4.475.325)	(4.475.325)	(4.475.325)
Operações de captação no mercado	19.b	(1.514.037)	(2.197.470)	(2.205.343)	(2.205.343)
Operações de empréstimos e repasses	20.c	(970.003)	(852.091)	(2.234.574)	(2.234.574)
Operações de arrendamento mercantil		(18.778)	(33.843)	(35.408)	(35.408)
Resultado da intermediação financeira	1.654.897	3.092.368	2.683.531	2.683.531	2.683.531
Resultado de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.f	58.195	154.349	(340.400)	(340.400)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(495.378)	(1.138.520)	(895.079)	(895.079)	(895.079)
Receitas de prestação de serviços	27	390.128	775.293	703.489	703.489
Receitas de tarifas bancárias	27	25.059	57.809	58.659	58.659
Despesas de pessoal		(396.906)	(763.594)	(706.933)	(706.933)
Outras despesas administrativas	28	(316.547)	(605.750)	(581.111)	(581.111)
Despesas tributárias		(126.814)	(214.643)	(195.930)	(195.930)
Resultado de participações em coligadas e controladas	15	57.590	68.415	(65.371)	(65.371)
Resultado de provisão para passivos contingentes	29.a	(37.102)	(144.540)	(159.610)	(159.610)
Outras receitas operacionais	29.b	(67.783)	95.814	188.567	188.567
Outras despesas operacionais	29.b	(158.567)	(407.324)	(136.839)	(136.839)
Resultado operacional	34.c	1.217.716	2.108.197	1.448.052	1.448.052
Resultado não operacional	34.c	447	1.325	1.039	1.039
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		1.218.163	2.109.522	1.449.091	1.449.091
Provisão para imposto de renda e contribuição social	30	(311.777)	(687.529)	(421.427)	(421.427)
Provisão para imposto de renda		(65.234)	(119.231)	(249.499)	(249.499)
Provisão para contribuição social		(68.803)	(114.136)	(192.476)	(192.476)
Ativo fiscal diferido		(177.740)	(454.162)	20.548	20.548
Participações no lucro - Empregados	(68.162)	(126.259)	(118.063)	(118.063)	(118.063)
Lucro líquido		838.224	1.295.734	909.601	909.601
Quantidade de ações	26	28.307.688.315	28.307.688.315	28.307.688.315	28.307.688.315
Resultado líquido por lote de mil ações (em R\$)		29,61	45,77	32,13	32,13

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2021	2021	2020	2020
Lucro líquido do período		838.224	1.295.734	909.601	909.601
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:		(264.726)	(601.840)	(15.681)	(15.681)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(264.726)	(601.840)	(15.681)	(15.681)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(481.320)	(1.094.254)	3.178	3.178
Imposto de renda		216.594	492.414	(18.859)	(18.859)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para lucro ou prejuízo:		(41.472)	(31.913)	(3.767)	(3.767)
Plano de benefícios a empregados		(41.472)	(31.913)	(3.767)	(3.767)
Plano de benefícios a empregados		(73.405)	(55.893)	(24.670)	(24.670)
Imposto de renda		31.933	23.980	20.903	20.903
Total do resultado abrangente do período		532.026	661.981	890.153	890.153

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre		Exercícios	
		2021	2021	2020	2020
Atividades operacionais		838.224	1.295.734	909.601	909.601
Lucro líquido		838.224	1.295.734	909.601	909.601
Ajustes ao lucro líquido		465.179	783.850	238.196	238.196
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8.f	(58.195)	(154.349)	340.400	340.400
Resultado de participações em coligadas e controladas	15	(57.589)	(68.415)	65.371	65.371
Amortização e depreciação	28	34.131	63.246	61.548	61.548
Provisão para processos judiciais, administrativos e outros	24.b	37.102	144.540	159.610	159.610
Resultado em outros investimentos		(123)	(123)	—	—
Baixa/Alienação do Imobilizado e Intangível		(22.005)	7.330	—	—
Varição cambial		427.418	382.874	(262.184)	(262.184)
Outras provisões		(66.885)	(40.000)	(168.087)	(168.087)
Marcação à mercado transferido para o resultado		(5.415)	(5.415)	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	31	177.740	454.162	(20.548)	(20.548)
Varições em ativos e passivos	5.222.447	3.509.209	6.261.869	6.261.869	6.261.869
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.019.651)	(4.412.248)	7.769.270	7.769.270	
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - ativo	(3.258.550)	(7.015.109)	(4.856.094)	(4.856.094)	
(Aumento)/Redução em relações interfinanceiras/interdependências - ativo	(1.384.095)	(3.064.174)	243.043	243.043	
(Aumento) em operações de crédito	(142.790)	180.527	(5.813.170)	(5.813.170)	
Redução em operações de arrendamento mercantil (Aumento) em outros ativos financeiros	20.862	30.594	4.822	4.822	
Redução/(Aumento) em outros ativos	(1.092.799)	(10.603.766)	(1.358.354)	(1.358.354)	
Aumento em depósitos	142.661	248.076	(350.341)	(350.341)	
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	8.547.916	14.850.294	9.799.473	9.799.473	
Aumento/(Redução) em recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares	1.031.963	6.489.335	(4.619.742)	(4.619.742)	
Aumento/(Redução) em relações interfinanceiras/interdependências - passivo	(1.915.325)	(647.038)	535.545	535.545	
Aumento/(Redução) em instrumentos financeiros derivativos - passivo	(641.524)	328.238	1.505.543	1.505.543	
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	9.376.371	(1.139.047)	5.929.795	5.929.795	
Aumento/(Redução) em outros passivos financeiros	(1.569.524)	5.622.589	(3.072.136)	(3.072.136)	
(Redução)/Aumento em passivos fiscais	21.407	(240.659)	79.932	79.932	
(Redução)/Aumento em outros passivos	(575.585)	(624.072)	780.657	780.657	
Aumento/(Redução) em resultado de exercícios futuros	(4.399)	4.352	(8.910)	(8.910)	
Caixa líquido originado em atividades operacionais	6.526.850	5.588.793	7.410.656	7.410.656	
Atividades de investimento		—	—	(1.101)	
Aquisições de investimento		—	—	(1.101)	
Aquisições de imobilizado	(39.928)	(131.296)	(104.029)	(104.029)	
Aplicações no intangível	(17.929)	(52.866)	(69.818)	(69.818)	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		100.000	100.000	—	
Recebíveis		100.000	100.000	—	
Caixa líquido (aplicado)/originado em atividades de investimentos	42.143	(84.162)	(174.948)	(174.948)	
Atividades de financiamento		(2.896.037)	(3.067.239)	(145.105)	
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos	(2.896.037)	(3.067.239)	(145.105)	(145.105)	
Caixa líquido (aplicado)/originado em atividades de investimentos	(2.896.037)	(3.067.239)	(145.105)	(145.105)	
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	3.672.956	2.437.392	7.090.603	7.090.603	
Início do período		8.262.069	9.497.633	2.407.030	
Fim do período		11.935.025	11.935.025	9.497.633	
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	3.672.956	2.437.392	7.090.603	7.090.603	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

localidades. As diversas entidades legais do Grupo Citi realizam acordos de prestação de serviços intragrupo de modo a viabilizar as referidas transações ao redor do mundo. Estes contratos intragrupo são remunerados e as receitas oriundas são reconhecidas por regime de competência. Periodicamente, são efetuadas liquidações financeiras dos valores a pagar ou a receber entre as referidas entidades.

I) Permanente

i. Investimentos

As participações em coligadas e controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de custo, dependendo da relevância do investimento. Os outros investimentos são compostos, basicamente, por: Ações de empresa de liquidação e custódia vinculadas à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, mantidas a custo original; e Outros investimentos, avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

ii. Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento

Até dezembro de 2016, foi imobilizado e registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos e 4% para edificações.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende, o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo,

continua →

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social		Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		realizado	Reserva legal	Reserva Reservas especiais de lucros	de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.599.740	517.825	2.599.740	69.522	96.108	—	5.882.935
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	—	—	—	—	(15.681)	—	(15.681)
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	26.f	—	—	—	—	(3.767)	—	(3.767)
Lucro Líquido		—	—	—	—	909.601	909.601	909.601
Reservas	26.b.c e d	—	2.123	—	591.171	(593.294)	—	—
Dividendos	26.e	—	—	—	—	(26.795)	—	(26.795)
Juros sobre capital próprio	26.e	—	—	—	—	(289.512)	(289.512)	(289.512)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.599.740	519.948	2.599.740	660.693	76.660	—	6.456.771
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	—	—	—	—	(607.576)	—	(607.576)
Outros resultados abrangentes - Benefícios a empregados líquido de impostos	26.f	—	—	—	—	(31.913)	—	(31.913)
Lucro Líquido		—	—	—	—	1.295.734	1.295.734	1.295.734
Reservas	26.b.c e d	—	845.516	—	93.946	(939.462)	—	—
Dividendos	26.e	—	(2.300.000)	—	(200.000)	—	—	(2.500.000)
Juros sobre capital próprio	26.e	—	—	—	—	(396.038)	—	(396.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.599.740	519.948	1.105.490	554.639	(562.829)	—	4.216.988
Outros resultados abrangentes, títulos disponíveis para venda líquido de impostos	26.f	—	—	—	—	(270.953)	—	(270.



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo.
 O imobilizado de arrendamento foi reclassificado para a rubrica de "Operações de arrendamento mercantil". O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas previstas pela legislação fiscal, aceleradas em 30%, quando aplicável. Adicionalmente, o imobilizado de arrendamento inclui o ajuste referente à superveniência ou insuficiência de depreciação.

iii. Intangível
 O ativo intangível é composto por:
 Aquisição e desenvolvimento de softwares registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008.

A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.534 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os novos ativos intangíveis serão reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou o custo de desenvolvimento à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis, e demais custos diretamente atribuíveis, necessários para a preparação do ativo para a finalidade proposta. A amortização será reconhecida mensalmente, ao longo da vida útil estimada do ativo, em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil o período de tempo durante o qual o Banco espera utilizar o ativo. Os ativos intangíveis caracterizados como de vida útil indefinida não são amortizáveis.

n) Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)
 O Conselho Monetário Nacional - CMN emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:
 Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável; e
 Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

n) Obrigações por empréstimos e repasses
 As obrigações por empréstimos e repasses são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

o) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais
 Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do Bacen.

i. Ativos e passivos contingentes
 Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando há existência de evidências que assegurem sua realização. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

Passivos contingentes - Basicamente, decorrem de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações civis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Conforme define o CPC 25, as contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas em notas explicativas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. A análise e classificação das provisões prováveis é realizada com base na avaliação de assessores jurídicos e da Administração.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescrito na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois o Banco oferece uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a Justiça do Trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo:

As ações civis e trabalhistas são classificadas como massificadas, relevantes ou significantes, dependendo do valor do pedido.
 As ações civis com pedidos inferiores a R\$ 300 e as trabalhistas com valores inferiores a R\$ 500 são consideradas massificadas e são provisionadas mensalmente por meio de um ticket médio, que leva em consideração a média de perda histórica dos casos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação.

As ações trabalhistas com pedidos entre R\$ 500 e R\$ 10.000 são consideradas relevantes e provisionadas por meio de um índice percentual aplicado sobre o valor do pedido. O referido índice é calculado de acordo com a média de perda histórica dos processos encerrados nos últimos 18 meses (calculados anualmente), levando em consideração o ganho de causas, bem como o volume e valores pagos em causas que tiveram acordos antes da sentença ou condenações e acordos pós-sentença, adicionado do valor de risco existente das causas em aberto.

As ações civis com pedidos superiores a R\$ 300 são consideradas relevantes e as trabalhistas com valores superiores a R\$ 10.000 são consideradas significantes. Tais ações são provisionadas de acordo com uma avaliação individual de risco, cujo prognóstico de perda seja provável. Esta é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

Excepcionalmente, devido aos efeitos da pandemia, como a paralisação total ou parcial dos tribunais, observou-se uma redução no volume de causas novas e encerradas, o que causou um aumento significativo no índice percentual de relevantes, impulsionado pela falta de novos casos que impediram bons acordos. Desta forma, para a área de Corporate Bank, o período de causas encerradas utilizado no cálculo foi estendido de 18 para 30 meses.

As ações fiscais e previdenciárias são representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial. São constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atualizados mensalmente.

As ações civis, trabalhistas, fiscais e previdenciárias estão registradas na rubrica contábil "Provisões".

p) Imposto de renda e contribuição social
 O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 (R\$ 120 no semestre). A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com o artigo 3º, inciso I, Lei nº 13.169/2015, a instituição financeira passou a calcular a CSLL à alíquota de 15%, em razão da mudança na legislação. Por meio da promulgação da Medida Provisória 1.034/2021, posteriormente convertida na Lei nº 14.183/2021 - foi majorada para 25% a alíquota da CSLL. A alíquota majorada foi válida de 01 de julho de 2021 e vigorou até 31 de dezembro de 2021, retornando para alíquota anterior a partir de janeiro de 2022.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842, de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Banco deve efetuar o registro contábil de ativos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, quando atender cumulativamente as seguintes condições:

i. Expectativa de geração de lucros ou de receitas tributáveis futuras para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do ativo fiscal diferido no prazo máximo de dez anos; e
 ii. Apresente histórico de lucros ou de receitas tributáveis para fins de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, incluído o exercício em referência.

Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias.

q) Plano de incentivos com base em ações
 O Banco participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup Inc., representado pelos seguintes programas:

• CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement - SPAPA*) em que o Banco efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.

O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.

r) Planos pós-emprego
 O Banco participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Banco também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a beneficiários definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a beneficiários definidos é calculada semestralmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível o Banco como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 23 de dezembro de 2020 a Resolução nº 4.877, do Conselho Monetário Nacional - CMN, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Para o plano de assistência à saúde para aposentados, essa Resolução não trouxe impacto no balanço patrimonial do Banco em função da adoção antecipada do CPC 33, considerando que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo sendo superavitários, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros resultados abrangentes, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

i. Benefícios de curto prazo
 Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

s) Uso de estimativas
 A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas na determinação de valores de ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: provisão para perdas associadas ao risco de crédito, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, valorização a mercado de determinados títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas. Isso inclui as expectativas de deterioração que podem ser causadas pela COVID-19.

t) Resultados recorrentes e não recorrentes
 A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. De acordo com os

critérios internos de avaliação, define-se como resultado não corrente do período, o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos períodos futuros. O resultado recorrente por sua vez corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos períodos futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão apresentados na nota explicativa 34.d.

	2021		2020	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
4 Caixa e equivalentes de caixa				
Disponibilidades em moeda nacional	3.186	2.534	1.143.216	1.442.380
Disponibilidades em moedas estrangeiras	10.788.623	10.246.615	10.788.623	10.246.615
Aplicações em operações compromissadas - posição bancada	11.935.025	9.497.633	11.935.025	9.497.633
Total				

	2021		2020	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
5 Aplicações interfinanceiras de liquidez				
Aplicações em operações compromissadas	20.042.356	—	20.042.356	14.127.411
Posição bancada	10.788.623	—	10.788.623	10.246.615
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	32.026	—	32.026	799.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.868.282	—	4.868.282	2.136.915
Notas do Tesouro Nacional - NTN	5.888.315	—	5.888.315	7.309.701
Posição financiada	6.006.561	—	6.006.561	1.386.456
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.849.990	—	5.849.990	799.999
Letras do Tesouro Nacional - LTN	156.571	—	156.571	586.457
Posição vendida	3.247.172	—	3.247.172	2.494.340
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.328.256	—	1.328.256	177.075
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.918.916	—	1.918.916	2.317.265
Aplicações em depósitos interfinanceiros	63.054	2.241.965	434.207	2.739.226
Certificados de depósitos interfinanceiros	63.054	2.241.965	434.207	2.739.226
Total	20.105.410	2.241.965	434.207	22.781.582

	2021		2020	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
6 Títulos e valores mobiliários				
a) Títulos para negociação				
Os títulos classificados nesta categoria são considerados como circulante, independente do seu prazo de vencimento. O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:				
Títulos para Negociação				
Carteira própria				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.296.250	7.308.377	11.837.041	11.557.588
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.655.388	3.652.792	4.436.091	4.454.693
Letras do Tesouro Nacional - NTN	221.133	221.128	—	—
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.168.251	3.185.844	5.901.504	6.004.671
Ações de companhias abertas	—	—	16.939	16.939
Ações recebidas por empréstimos	441	441	—	—
Títulos soberanos no exterior	—	—	1.425.809	1.424.681
Debêntures	251.037	248.172	56.698	56.604
Vinculado a compromissos de recompra	901.286	901.201	1.427.141	1.429.402
Letras do Tesouro Nacional - LTN	901.286	901.201	1.427.141	1.429.402
Total	16.071.536	8.209.578	13.264.182	13.386.990

	2021		2020	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos
b) Títulos disponíveis para venda				
O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda estavam assim apresentados:				
Títulos Disponíveis para Venda				
Carteira própria				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.541.868	6.441.683	4.655.156	4.749.575
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.357.228	4.356.548	4.600.506	459.886
Debêntures	2.932.162	2.940.691	2.387.081	2.355.228
Commercial paper	406.408	406.021	71.867	70.280
Cotas de fundos de investimentos ⁽¹⁾	604.691	604.691	297.500	297.665
Vinculado a compromissos de recompra	7.122.557	6.939.382	5.043.288	5.137.652
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	411.097	411.043	—	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.163.539	5.987.915	5.043.288	5.137.652
Debêntures	547.921	540.424	—	—
Vinculados à prestação de garantias	9.018.181	8.553.515	7.796.947	8.000.439
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.194.164	7.729.808	6.590.677	6.528.775
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	787.387	787.077	1.176.270	1.336.676
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	36.630	36.630	30.000	34.998
Total	30.983.095	30.242.531	20.712.345	21.070.725

⁽¹⁾ Trata-se de investimento em cotas sênior de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, cuja aquisição ocorreu em 28 de dezembro de 2020.

⁽²⁾ Refere-se ao investimento no fundo destinado exclusivamente para atendimento de obrigações assumidas em operações realizadas e/ou registradas na B3. A totalidade de suas cotas é destinada ao atendimento de margem de garantia por parte dos cotistas, perante a B3.

	2021		2020	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos
Títulos Disponíveis para Venda				
Carteira própria				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.454.120	1.563.538	2.424.025	—
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.356.548	—	—	—
Debêntures	—	—	1.016.055	1.028.144
Commercial paper	—	20.372	385.649	—
Cotas de fundos de investimentos	—	—	302.103	302.588
Vinculado a compromissos de recompra	411.043	2.382.738	3.523.681	621.920
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	411.043	—	—	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	—	2.382.738	2.983.257	621.920
Debêntures	—	—	540.424	—
Vinculados à prestação de garantias	36.630	787.077	1.384.203	696.908
Letras do Tesouro Nacional - LTN	—	—	1.384.203	696.908
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	787.077	—	—	—
Cotas de fundos de investimento	36.630	—	—	—
Total	26.630	8.008.788	5.350.851	13.300.212

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com títulos e valores mobiliários registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre		Exercícios	
	2021	2021	2020	2020
Contratos				
Aplicações interfinanceiras de liquidez/compromissadas	770.257	961.487	748.818	—
Títulos de renda fixa	905.758	1.386.752	1.508.636	—
Títulos de renda variável	136	1.969	(101.872)	—
Títulos no exterior	520	189.742	1.428.619	—
Outros ⁽¹⁾	88.997	166.194	161.334	—
Total	1.765.668	2.706.144	3.745.535	—

	2021		2020	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Negociação				
Derivativos de taxa de juros				
Contratos a termo	—	—	—	—
Compra	(135)	—	(135)	—
Venda	860	—	860	—
Opções	—	—	—	—
Compra	56	532	(15.865)	(15.277)
Venda	2	—	(571)	(569)
Contratos de swaps	—	22.099	(55.322)	(33.223)
Derivativos de commodities				



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

d) O quadro a seguir resume o valor referencial e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos por contraparte.

	2021				2020			
	Exposição no balanço patrimonial				Exposição no balanço patrimonial			
	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Passivo Valor de mercado	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Passivo Valor de mercado
Contratos futuros	84.731.043	—	—	—	84.731.043	—	—	—
Pessoas jurídicas	84.731.043	—	—	—	84.731.043	—	—	—
Contratos a termo	1.080.064	—	1.070.009	(1.069.284)	—	—	—	—
Instituições financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—
- não ligadas	13.452	—	13.467	(13.466)	—	—	—	—
Pessoas jurídicas	1.066.612	—	1.056.542	(1.055.818)	—	—	—	—
Opções	12.780.519	225.414	209.766	(275.959)	(208.544)	—	—	—
Instituições financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—
- não ligadas	635.778	6.208	27.240	(78.802)	(130.929)	—	—	—
Outras entidades ligadas	—	—	—	—	—	—	—	—
- exterior	3.471.937	86.562	45.357	(103.751)	(33.251)	—	—	—
Pessoas jurídicas	8.672.804	132.644	137.169	(93.406)	(44.364)	—	—	—
Contratos de NDF	67.644.664	683.862	2.077.894	(1.026.309)	(2.145.455)	—	—	—
Instituições financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—
- não ligadas	5.071	79	83	—	—	—	—	—
Outras entidades ligadas	—	—	—	—	—	—	—	—
- exterior	6.723.224	186	171.688	(958.420)	—	—	—	—
Pessoas jurídicas	60.916.369	683.597	1.906.123	(1.026.309)	(1.187.035)	—	—	—
Contratos de swaps	102.890.798	1.547.481	2.457.312	(4.434.377)	(5.223.026)	—	—	—
Instituições financeiras - oficiais	1.205.775	710	8.618	1.335	(45.438)	—	—	—
Instituições financeiras - ligadas	854.079	29.682	29.682	(4.073)	(4.073)	—	—	—
Instituições financeiras - não ligadas	4.731.763	429.878	402.997	(337.513)	(415.587)	—	—	—
Outras entidades ligadas	—	—	—	—	—	—	—	—
- exterior	23.602.612	89.342	229.546	(179.737)	(388.046)	—	—	—
Pessoas jurídicas	72.496.569	997.869	1.786.469	(3.914.389)	(4.369.882)	—	—	—
Total	269.127.088	2.456.577	5.814.981	(5.736.645)	(8.646.309)	—	—	—

	2021				2020			
	Exposição no balanço patrimonial				Exposição no balanço patrimonial			
	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Passivo Valor de mercado	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Passivo Valor de mercado
Contratos de NDF	37.596.165	545.112	1.006.224	(1.181.398)	(1.445.721)	—	—	—
Outras entidades ligadas	—	—	—	—	—	—	—	—
- exterior	3.918.508	—	89.457	137	(340.048)	—	—	—
Pessoas jurídicas	33.677.657	545.112	916.767	(1.181.535)	(1.105.673)	—	—	—
Contratos de swaps	78.567.240	1.440.301	1.884.034	(5.229.554)	(5.929.209)	—	—	—
Instituições financeiras - oficiais	782.775	—	—	924	(8.436)	—	—	—
Instituições financeiras - ligadas	860.744	14.548	14.548	(5.481)	(5.481)	—	—	—
Instituições financeiras - não ligadas	4.326.058	345.716	388.509	(295.279)	(397.227)	—	—	—
Outras entidades ligadas	—	—	—	—	—	—	—	—
- exterior	24.370.288	218.334	136.134	(254.664)	(842.801)	—	—	—
Pessoas jurídicas	48.227.375	861.703	1.344.843	(4.675.054)	(4.675.264)	—	—	—
Pessoas físicas	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	217.450.148	2.275.281	3.706.904	(6.808.702)	(8.318.071)	—	—	—

e) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre 2021		Exercícios 2021		Exercícios 2020	
	2021	2021	2021	2020	2021	2020
	Contratos	(2.366.613)	(682.893)	(9.141.393)	4.890	—
Swaps	—	577	1.152	142.714	—	—
Termo	—	—	—	—	—	—
Futuros	3.478.776	1.873.440	11.762.142	1.665.350	—	—
Opções	84.985	87.517	142.714	—	—	—
NDF	(554.997)	210.256	(1.103.003)	—	—	—
Total	642.728	1.489.472	1.065.350	—	—	—

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, foram requeridas margens e o valor depositado foi de R\$ 7.689.625 (2020 - R\$ 5.599.720), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

8 Carteira de crédito

a) Composição da carteira de crédito por produto

	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
	Operações de crédito	12.775.125	12.706.458	12.775.125
Empréstimos e títulos descontados	4.568.740	6.350.866	4.568.740	6.350.866
Financiamentos	7.696.899	5.459.557	7.696.899	5.459.557
Financiamentos rurais e agroindustriais	509.486	893.130	509.486	893.130
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	—	3.105	—	3.105
Operações de arrendamento mercantil	22.724	53.316	22.724	53.316
Outros ativos financeiros	16.152.472	10.224.080	16.152.472	10.224.080
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 9)	3.689.863	1.902.112	3.689.863	1.902.112
Títulos e créditos a receber(*)	12.444.283	8.240.905	12.444.283	8.240.905
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 9)	18.326	13.455	18.326	13.455
Créditos por avais e fianças honradas	—	67.608	—	67.608
Total de operações de crédito	28.950.321	22.983.854	28.950.321	22.983.854
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(179.591)	(312.369)	(179.591)	(312.369)
Total de operações de crédito	28.770.730	22.671.485	28.770.730	22.671.485

(*) Referem-se principalmente a aquisição de recebíveis sem coobrigação de instituições não financeiras.

b) Composição da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

Nível de Risco	31/12/2021				31/12/2020					
	Comércio				Indústria					
	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas (1)	Rural	Outros Serviços	Total	Provisão Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total
AA	2.639.393	9.299.644	7.584	20.546	—	1.992.326	13.959.493	—	(9.714)	(9.714)
A	3.352.595	7.255.037	972.966	51.754	57.064	1.136.231	12.825.647	(64.128)	(7.120)	(71.248)
B	272.975	1.339.709	89.643	—	4.830	49.412	1.756.569	(17.566)	(3.976)	(21.542)
C	83.322	71.108	—	—	1.023	4.884	160.337	(4.810)	(2.298)	(7.108)
D	49.111	68.626	—	—	—	18.066	135.803	(13.580)	—	(13.580)
E	—	—	—	—	—	79.608	79.608	(23.883)	—	(23.883)
F	339	283	—	—	—	—	622	(311)	—	(311)
G	—	125	—	—	—	—	125	(88)	—	(88)
H	3.621	27.682	42	—	—	772	32.117	(32.117)	—	(32.117)
Total	6.401.356	18.062.214	1.070.235	72.300	62.917	3.281.299	28.950.321	(156.483)	(23.108)	(179.591)

(1) Referem-se, principalmente, à carteira de recebíveis cujo risco está associado exclusivamente à empresa cedente.

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

Nível de Risco	Saldo da carteira				Saldo da provisão				31/12/2021			
	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Total da Carteira	%	Nível de Provisão	Curso Normal	Vencidos > 14 dias	Regulamentar	Provisão Adicional	Provisão Total	Total	
	AA	13.959.493	—	13.959.493	48,23	0,50	—	—	—	(9.714)	—	(9.714)
A	12.825.427	220	12.825.647	44,30	1,00	(64.128)	(1)	(64.129)	(7.120)	—	(71.249)	
B	1.756.320	249	1.756.569	6,07	3,00	(17.563)	(2)	(17.565)	(3.976)	—	(21.541)	
C	160.197	140	160.337	0,55	10,00	(4.806)	(4)	(4.810)	(2.298)	—	(7.108)	
D	135.712	91	135.803	0,47	30,00	(13.571)	(9)	(13.580)	—	—	(13.580)	
E	79.592	16	79.608	0,27	50,00	(23.878)	(5)	(23.883)	—	—	(23.883)	
F	617	5	622	—	70,00	(309)	(2)	(311)	—	—	(311)	
G	115	10	125	—	100,00	(81)	(7)	(88)	—	—	(88)	
H	26.095	6.022	32.117	0,11	—	(26.095)	(6.022)	(32.117)	—	—	(32.117)	
Total	28.943.568	6.753	28.950.321	100,00	—	(150.431)	(6.052)	(156.483)	(23.108)	—	(179.591)	

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Vencidas há mais de 14 dias	6.753	157,117	6.753	157,117
A vencer até 90 dias	14.373.362	9.651.806	14.373.362	9.651.806
De 91 a 360 dias	8.884.144	8.139.716	8.884.144	8.139.716
Acima de 360 dias	5.686.062	5.035.215	5.686.062	5.035.215
Total	28.950.321	22.983.854	28.950.321	22.983.854

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2021		2020	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	8.270.391	28,57	6.835.099	28,87
20 seguintes maiores devedores	6.464.640	22,33	5.284.798	22,99
50 seguintes maiores devedores	6.194.727	21,40	5.474.486	23,82
100 seguintes maiores devedores	4.435.584	15,32	3.623.333	15,76
Demais clientes	3.584.979	12,38	1.966.138	8,56
Total	28.950.321	100,00	22.983.854	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para perdas associadas ao risco de crédito

	Exercícios	
	2021	2020
	Crédito com características de concessão de crédito	(312.369)
Saldo inicial	65.165	(228.911)
Constituições líquidas de reversões	67.612	219.253
Créditos baixados como prejuízo	—	—
Saldo final	(179.591)	(312.369)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Banco registrou constituições líquidas de reversão com provisão para perdas associadas à garantias prestadas de R\$ 89.396 (2020 - R\$ (111.198)), conforme nota 34a.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Banco efetuou renovações de créditos no montante de R\$ 4.483.165 (2020 - R\$ 4.052.918), renovações de créditos de R\$ 84.902 (2020 - R\$ 85.541) e recuperações de créditos baixados para prejuízo no montante de R\$ 145.881 (2020 - R\$ 3.426).

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre 2021		Exercícios 2021		Exercícios 2020	
	2021	2021	2021	2020	2021	2020
	Empréstimos	234.818	396.071	279.895	12.167	—
Financiamentos	28.958	44.969	12.167	617	—	—
Títulos descontados	299	547	617	—	—	—
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	117.575	147.211	3.426	—		



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

15 Investimentos

a) Investimentos em controladas e coligadas
Representa investimento do Banco na controlada Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora)

	2021		2020	
	Distribuidora	Distribuidora	Distribuidora	Distribuidora
Posição da controlada				
Capital social	81.641	81.641		
Patrimônio líquido	141.801	178.983		
Resultado no período	68.415	(65.371)		
Resultado no segundo semestre	57.590	5.097		
Posição do investimento				
Quantidade de ações (milhões)	4,023	4,023	100%	100%
Participação no capital				
Valor patrimonial do investimento ⁽¹⁾	141.801	178.983		
Resultado de equivalência patrimonial no período	68.415	(65.371)		
Resultado de equivalência patrimonial no segundo semestre	57.590	5.097		

⁽¹⁾ O valor patrimonial do investimento reduziu como decorrência da distribuição de dividendos pela Distribuidora para o Banco.

b) Outros investimentos

	2021	2020
Quotas da Câmara Interbancária de Pagamentos - CIP	1.047	1.047
Participação na empresa Central de Registros de Títulos e Ativos - CERTA	1.275	1.152
STI/Galgo - Sistemas de Informações Padronizadas do Mercado de Capitais	7.833	7.833
(Provisões para perdas) - STI/Galgo	(5.980)	(5.980)
Outras	104	104
Total	4.279	4.156

16 Imobilizado de uso

	2021		2020	
	Custo	Depreciação acumulada residual	Custo	Depreciação acumulada residual
Móveis e equipamentos de uso	178.570	(92.790)	85.780	144.814
Imobilizações em curso	28.229	—	28.229	58.440
Edificações	7.456	(36)	7.420	420
Instalações	219.393	(94.562)	124.831	125.633
Sistemas de transporte	1.032	(481)	551	1.465
Total	434.680	(187.869)	246.811	330.772

17 Intangível

	2021		2020	
	Custo	Depreciação acumulada residual	Custo	Depreciação acumulada residual
Desenvolvimento de software	371.802	(198.826)	172.976	339.883
Total	371.802	(198.826)	172.976	339.883

18 Depósitos

	2021					2020						
	Sem vencimento	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Sem vencimento	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos à vista	10.726.967	—	—	—	—	10.726.967	9.119.748	—	—	—	—	9.119.748
Depósitos interfinanceiros	—	1.340.346	—	11.034	6.921	1.358.301	558.510	—	—	—	—	558.510
Depósitos a prazo	—	29.585.073	6.401.443	119.226	—	36.105.742	23.662.458	—	—	—	—	23.662.458
Total	10.726.967	30.925.419	6.401.443	130.260	6.921	48.191.010	33.340.716					

19 Captações no mercado aberto

a) Captações no mercado aberto

	2021		2020	
	Até 1 ano	Total	Até 1 ano	Total
Carteira própria	7.809.685	7.809.685	6.507.204	6.507.204
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.858.409	6.858.409	6.507.204	6.507.204
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	410.990	410.990	—	—
Debêntures	540.286	540.286	—	—
Carteira de terceiros	6.043.654	6.043.654	1.398.187	1.398.187
Letras do Tesouro Nacional - LTN	161.000	161.000	598.188	598.188
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5.882.654	5.882.654	799.999	799.999
Carteira de livre movimentação	3.275.519	3.275.519	2.681.832	2.681.832
Total	17.128.858	17.128.858	10.507.223	10.507.223

b) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com captações no mercado aberto registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre 2021		Exercícios 2020	
	2021	2021	2020	2020
Contratos				
Depósitos a prazo	(881.608)	(1.156.577)	(419.922)	(419.922)
Captações no mercado aberto	(461.297)	(692.424)	(616.161)	(616.161)
Depósitos interfinanceiros	(9.080)	(13.689)	(64.569)	(64.569)
Bonds ⁽¹⁾	—	(138.015)	(1.052.692)	(1.052.692)
Letras financeiras	(124.452)	(129.925)	(6.992)	(6.992)
LCA	—	—	(331)	(331)
FGC	(26.660)	(47.880)	(31.063)	(31.063)
Certificados de operações estruturadas	(10.940)	(18.960)	(22.913)	(22.913)
Total	(1.514.037)	(2.197.470)	(2.305.343)	(2.305.343)

⁽¹⁾ A variação no comparativo com o período anterior refere-se principalmente aos efeitos de variação cambial.

20 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se à captação de recursos para aplicação ou repasse no mercado local. Essas obrigações estão sujeitas à variação cambial, quando aplicável, e à taxa de juros que variam de 0,15% a 5,11% ao ano (2020 - de 0,26% a 5,16% ao ano).

a) Obrigações por empréstimos

	2021				2020					
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
No exterior	10.824.944	1.915.829	469.437	13.210.210	14.428.036	10.824.944	1.915.829	469.437	13.210.210	14.428.036
Total	10.824.944	1.915.829	469.437	13.210.210	14.428.036					

b) Obrigações por repasses

	2021				2020					
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
No país	—	—	—	—	5.468	—	—	—	—	5.468
BNDES	—	—	—	—	21	—	—	—	—	21
FINAME	—	—	—	—	253	—	—	—	—	253
Outras instituições	—	—	—	—	5.194	—	—	—	—	5.194
No exterior	496.555	746.512	3.628.083	4.871.150	4.038.333	496.555	746.512	3.628.083	4.871.150	4.038.333
Total	496.555	746.512	3.628.083	4.871.150	4.043.801					

c) Os valores líquidos dos ganhos e perdas com obrigações por empréstimos e repasses registrados em contas de resultado estão demonstrados a seguir:

	2º Semestre 2021		Exercícios 2020	
	2021	2021	2020	2020
Contratos				
Empréstimo no exterior ⁽¹⁾	(428.657)	(447.868)	(1.065.669)	(1.065.669)
Repasses no país	(77)	(214)	(3.589)	(3.589)
Repasses no exterior ⁽¹⁾	(541.269)	(404.009)	(1.165.316)	(1.165.316)
Total	(970.003)	(852.091)	(2.234.574)	(2.234.574)

⁽¹⁾ Refere-se principalmente aos efeitos de variação cambial apurada na posição dos instrumentos.

21 Outros passivos - Sociais e estatutárias

Sociais e estatutárias referem-se, basicamente, a provisão de dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R\$ 482 (2020 - R\$ 171.685) e provisões para participação nos lucros no montante de R\$ 208.846 (2020 - R\$ 188.857), realizáveis no curto prazo.

22 Passivos fiscais

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Passivos fiscais correntes				
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	62.941	—	248.913	—
Provisão para impostos e contribuições a recolher	77.284	—	130.151	1.820
Total	140.225	—	379.064	1.820
Passivos fiscais diferidos				
Provisão para impostos e contribuições diferidos ⁽¹⁾	260.508	101.308	176.098	—
Total	260.508	101.308	176.098	—
Total passivos fiscais	400.733	101.308	555.162	1.820

⁽¹⁾ Provisão para impostos e contribuições diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e dos instrumentos financeiros derivativos. Os passivos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

23 Provisões

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para contingências (nota 24.a)	108.975	678.298	153.448	542.426
Provisão para pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	369.537	306.530	274.102	335.323
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota 34.a)	62.297	13.660	60.453	104.899
Total	540.809	998.488	488.003	982.648

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente, à provisão com despesas de pessoal de R\$ 237.925 (2020 - R\$ 196.883), passivo atuarial de plano de assistência médica de R\$ 245.564 (2020 - R\$ 266.610), provisão para pagamento de bônus, participação nos resultados dentre outros pagamentos de R\$ 15.586 (2020 - R\$ 29.016).

24 Passivos contingentes e obrigações legais

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis e outros assuntos.

a) Saldos patrimoniais das provisões para contingências

	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para contingências - Fiscais	88.267	138.401	87.106	133.709
Provisão para contingências	20.566	413.591	66.097	331.470
Provisão para contingências - Cíveis	142	126.306	245	77.247
Total	108.975	678.298	153.448	542.426

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 16 de dezembro de 2009 e na Carta Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010. O Banco tem constituído provisão para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis, composta basicamente pelos seguintes casos:

Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 88.176 (2020 - R\$ 87.104): trata-se de processo onde se discute a legalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal Lei nº 11.941/2009. Em dezembro de 2018 o Banco protocolou nos autos do processo

a desistência da parcela remanescente. Aguarda-se a apuração dos valores a serem convertidos em renda e dos valores que serão levantados pela Entidade.

Fiscal - Seguro contra Acidente de Trabalho "SAT" - Adicional - R\$ 130.673 (2020 - R\$ 129.472): trata-se de ação ordinária pleiteando que seja reconhecida a inconstitucionalidade e ilegalidade das alterações perpetradas pelo Decreto nº 6.042/2007, onde foi majorada a alíquota do SAT de 1% para 3%. Aguardando decisão judicial de segunda instância.

Cível - Processo administrativo - R\$ 69.542 (2020 - R\$ 26.434): trata-se de processo administrativo instaurado pelo CADE desfavorável ao Banco e outras instituições financeiras brasileiras por pretensa conduta anticompetitiva no mercado de câmbio local.

Trabalhista: Trata-se de processos trabalhistas massificados e relevantes por receberem pedidos inferiores a R\$ 500 e R\$ 10.000, respectivamente. A descrição do provisionamento está detalhado na nota de Principais Práticas Contábeis, na subseção de Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais.

Contingências classificadas como risco de perda possível
Não são reconhecidas contabilmente pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estes processos não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por processos fiscais no montante de R\$ 1.692.937 (2020 - R\$ 1.795.238), os quais são apurados através da mensuração dos pedidos estimáveis contidos em 126 contingências fiscais, cíveis no montante de R\$ 14.441 (2020 - R\$ 30.557), dos quais 43 processos são tidos como estimáveis, restando ainda 50 processos cíveis tidos como inestimáveis por conta do tipo de ação ou pela necessidade de apuração/liquidação dos pedidos postulados por seus autores. As contingências classificadas com risco de perda possível são compostas basicamente pelos seguintes casos:

PIS/COFINS Despesas de Captação - R\$ 97.795 (2020 - R\$ 95.096): trata-se de processo em que se discute a dedutibilidade de despesas de captação nas apurações de PIS e COFINS. Aguarda-se julgamento de segunda instância.

Fiscal: O Banco optou por desistir de processos administrativos nos termos da Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017, mediante antecipação de 20% e saldo remanescente liquidado integralmente em janeiro de 2018, aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Os processos discutiam: A) Alegação de Decadência de IRPJ e CSLL cobrados sobre a diferença de índices para correção monetária de balanço ocorrida em 1990; B) Despachos decisórios que homologaram parcialmente compensações de tributos efetuadas pelo Banco. Aguarda-se homologação da anistia para a baixa de contingências no montante total de R\$ 89.766.

Contribuições Previdenciárias sobre Participação nos Lucros, Contribuição Previdenciária e FGTS sobre Terço Constitucional de Férias, Imposto de Renda sobre a dedução de gratificação paga a diretores estatutários - R\$ 945.114 (2020 - R\$ 724.753): autos de infração com base em contábeis relativos ao pagamento nos lucros dos empregados pagos de acordo com a Convenção Coletiva, e sobre outros prêmios e benefícios pagos aos empregados, como vale-alimentação, vale-transporte e terço de férias. Aguardam-se decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e de julgamentos de ações judiciais no Poder Judiciário. Especificamente para o terço de férias, aguarda-se definição do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

IRPJ/CSLL sobre Correção Monetária de Depósitos Judiciais - R\$ 0 (2020 - R\$ 9.610): auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Decisão definitiva favorável ao Banco reconhecendo a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre a correção monetária de depósitos judiciais, como exigido pelas autoridades fiscais.

Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - R\$ 293.213 (2020 - R\$ 252.263): valor total estimado de IRPJ e CSLL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente. Aguardam-se decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e de julgamento de ações judiciais no Poder Judiciário.

ISS Atividade Bancária - R\$ 118.321 (2020 - R\$ 115.402): trata-se de processo onde se discute a incidência do ISS sobre determinadas receitas relacionadas à atividade bancária. Aguardam-se decisões administrativas e judiciais sobre o tema.

Ação Revisional - R\$ 0 (2020 - R\$ 16.241): trata-se de revisão de contrato bancário do contrato a termo com funcionalidade (TARN) e repetição de indébito. Processo encerrado a favor do Banco, ação encerrada por improcedência da ação.

CPMF em Operações de Clientes - R\$ 339.289 (2020 - R\$ 336.203): auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas com clientes. Aguardando decisão judicial de segunda instância.

Ação Indenizatória (SP) - R\$ 3.001 (2020 - R\$ 2.471): trata-se de indenizatória em que o autor requer indenização, além de reembolso com despesas processuais e honorários de seus advogados. Defesa apresentada. Aguarda-se julgamento do processo.

Ação Indenizatória (BA) - R\$ 0 (2020 - R\$ 2.390): trata-se de indenizatória por meio da qual o requerente pede uma indenização no valor mencionado anteriormente, supostamente referente a honorários provenientes de serviços advocatícios prestados no passado. Processo Encerrado.



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

	2021		2020
	Controladas ⁽¹⁾	Outras partes relacionadas No país ⁽²⁾ No exterior ⁽³⁾	
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira	-	-	1.145.082
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	499.582
Outros ativos	-	180.844	17.528.237
Participações em coligadas e controladas no país	141.801	-	-
Passivo			
Depósitos	(10.913)	(1.554.317)	(3.963)
Captações no mercado aberto	(5.670.059)	(5.154.788)	(6.146)
Relações interfinanceiras	-	(1.801.564)	-
Relações interdependências	-	-	(332)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(17.592.428)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.395.493)
Outros passivos	(19)	(1.086.416)	17.492.632
Resultado (despesa)			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	(2.366.369)
Resultado de operações de captação no mercado	(195.449)	(233.430)	(26.780)
Resultado de obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(94.364)
Resultado de operações de câmbio	-	-	(192.912)
Receitas de serviços prestados	-	2.029	495.676
Resultado em participações em coligadas e controladas	68.402	-	-
Outras receitas operacionais	-	1	(1)
Outras despesas administrativas	-	(210.524)	(90.151)
Outras despesas operacionais	(2)	(1.101)	(45.270)
Resultado não operacional	13	284	-

	2020		2020
	Controladas ⁽¹⁾	Outras partes relacionadas No país ⁽²⁾ No exterior ⁽³⁾	
Ativo			
Caixa e equivalente de caixa em moeda estrangeira	-	-	1.429.287
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	350.031
Outros ativos	-	2.413	12.393.670
Participações em coligadas e controladas no país	178.983	-	-
Passivo			
Depósitos	(418.822)	(131.584)	(3.667)
Captações no mercado aberto	(3.707.327)	(2.829.030)	(1.337.559)
Relações interfinanceiras	-	(2.087.277)	-
Relações interdependências	-	-	(440)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(18.315.873)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.376.532)
Outros passivos	(15)	(14.117)	(12.389.839)
Resultado (despesa)			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	(1.036.075)
Resultado de operações de captação no mercado	(108.122)	(179.569)	(86.233)
Resultado de obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(198.074)
Resultado de operações de câmbio	-	-	584.106
Receitas de serviços prestados	-	3.774	696.662
Resultado em participações em coligadas e controladas	(65.371)	-	-
Outras despesas administrativas	-	(185.543)	(74.546)
Outras despesas operacionais	(1)	(3.465)	(43.450)
Resultado não operacional	10	311	-

⁽¹⁾ Citibank DTM S.A.
⁽²⁾ Citi Brasil Comércio Participações Ltda.; Citigroup Global Markets C.C.T.V.M.; Citibank N.A. (Filial Brasileira), Fundo de Investimento Referenciado DI Londres e Citi Participações e Investimentos Ltda.
⁽³⁾ Citibank, N.A. Bahrain; Citibank, N.A. United Kingdom; Citibank Europe plc Romania; Citibank N.A. UAE - DIFC Branch; Citibank Europe plc Spain; Citibank Europe plc - GERMANY; Citibank Europe plc UK; Citibank, N.A. Switzerland; Citibank, N.A. Hong Kong; Citibank, N.A. - Japan; Citibank Europe plc France; Citibank (China) Co., Ltd.; Citicorp Investment Bank (Singapore) Limited; Citibank Europe plc; Citibank Europe plc Netherlands; Citicorp International Limited; Citibank, N.A. Singapore; Citibank (Trinidad & Tobago) Limited; Citibank, N.A. United Arab Emirates; Citibank Europe plc Slovak Republic; Citibank N.A. International Banking Facility; Citibank, N.A.; Citibank, N.A. Canada; Citibank, N.A. Puerto Rico; Citibank, N.A. Australia; Citibank N.A. IBF LATAM; Citibank-Colombia S.A.; Citibank, N.A. Brazil; Latin American Investment Bank Bahamas Limited; Citibank Europe plc Luxembourg; Citibank, N.A. Italy; Citibank, N.A. Argentina; Citigroup Global Markets Australia Pty Limited; Citigroup Global Markets India; Citigroup Global Markets Inc.; Cititrust (Bahamas) Limited; Citicorp Trust Delaware, National Association; Citibank (Switzerland) AG; Citi Private Advisory LLC; Cititrust (Switzerland) Limited; Citicorp Energy Inc.; Citigroup Financial Products Inc.; Citi Canada Technology Services ULC; Banco Nacional de Mexico, S.A., integrante del Grupo Financiero Banamex; Citi Business Services Costa Rica, SRL; Citicorp USA, Inc.; Citigroup Global Markets Limited; Citibank, N.A. Jersey; Citibank, N.A. Kenya; Citicorp Banking Corporation Jersey; Citibank, N.A. Panama; Citibank Taiwan Ltd.; Citibank, N.A. Uruguay; Citivalores S.A. Comisionista de Bolsa; Citibank, N.A. Ecuador; Citibank Europe plc Portugal; Citigroup Global Markets Hong Kong Limited; Citigroup Global Markets Asia Limited; Citigroup Global Markets India Private Limited; Cititrust (Cayman) Limited; Citibank Anonim Sirketi; Citibank Europe plc Denmark; Citibank Europe plc Hungary; Citibank, N.A. Paraguay; Citibank Europe plc Greece; AO Citibank; Citibank, N.A. Qatar; Citibank, N.A. New Zealand; Citibank Berhad; Cititrust Private Trust (Cayman) Limited; Citigroup Global Markets Europe AG; Citibank, N.A. Indonesia; Citibank Tanzania Limited; Banco CMB (Costa Rica) S.A.; Citigroup Global Markets Australia Pty Limited; Citigroup Global Markets Holdings Inc.; Citibank Europe plc Norway; Citibank, N.A. South Africa; Citibank Europe plc Belgium; Citibank Europe plc Czech Republic; Citibank Gabon S.A.; Citibank, N.A. Philippines; Citigroup Pty Limited; Citibank Europe plc Austria; Citibank, N.A. Israel; Citibank Korea Inc.; Citibank, N.A. Vietnam; Citibank, N.A. Jamaica; Citibank Europe plc Finland; Citibank Cameroon; Citibank Zambia Limited; Citibank, N.A. Thailand; Citibank Europe plc Sweden; Cititrust (Singapore) Limited; Citigroup Technology, Inc.; Citibank Cote d'Ivoire S.A.; Administradora de Valores de Guatemala, S.A.; Citibank Canada; Citibank Overseas Investment Corporation.

b) Remuneração da Administração

	2º Semestre		Exercícios
	2021	2021	
Benefícios de curto prazo a administradores			
Proventos		9.976	42.640
Encargos sociais		5.282	12.167
Total		15.259	55.078
Benefício pós-emprego			
Planos de previdência complementar		908	1.434
Total		908	1.434
Remuneração com base em ações⁽¹⁾			
⁽¹⁾ Referência à remuneração com pagamento baseado em ações da Matriz, sediada no exterior (Citigroup Inc.).		11.039	11.958
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva (Líquido)			
13º (décimo terceiro) Salário		940	958
Encargos		340	340
Total		1.280	1.298

32 Planos de benefícios pós-emprego a funcionários

Características básicas dos planos
I. Plano de aposentadoria
 Benefícios do plano: Aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.
II. Valor do benefício de aposentadoria normal
 Elegibilidade: 60 anos de idade e 10 anos de serviço creditado.
 Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.
III. Plano de contribuição definida
 É o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria suplementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 1% e 6% do salário e Banco contribui com 150% calculado sobre a participação de cada funcionário.
 O objetivo do plano é estimular uma poupança individual que proporcione um benefício de renda complementar ao plano de aposentadoria. Não há contribuição para participantes inativos.
 Nos planos de contribuição definida o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. O patrocinador não tem obrigação legal de contribuições adicionais, caso o fundo não possuía ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.
 O Banco é patrocinador da Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada, que tem por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e a prestação de serviços assistenciais aos empregados dos patrocinadores. Durante o exercício o semestre findos em 31 de dezembro de 2021 o Banco contribuiu com R\$ 42.084 e R\$ 10.998 (2020 - R\$ 9.067 e R\$ 5.523) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal".
 Plano de Aposentadoria Citibank: processo de alteração regulamentar para saldamento do Plano, aprovado pela PREVIC, conforme Portaria Previc nº 441, de 09/07/2021, publicada no Diário Oficial da União de 26/07/2021.
 Plano de Aposentadoria Suplementar Citibank: processo de alteração regulamentar para saldamento do Plano, aprovado pela PREVIC, conforme Portaria Previc nº 442, de 09/07/2021, publicada no Diário Oficial da União de 27/07/2021.
 Plano de Benefícios de Contribuição Definida Citibank: regulamento para implantação foi aprovado por meio da Portaria Previc nº 484, de 23/07/2021, publicada no Diário Oficial da União de 28/07/2021.
IV. Plano de benefício definido
 É o plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O plano tem por objetivo proporcionar ao funcionário uma renda mensal de até 40% da média dos últimos salários, deduzindo-se o Benefício Previdenciário (estabelecido no regulamento do Plano). O valor do benefício do Plano de Aposentadoria será calculado na data de desligamento do funcionário.
 Neste plano o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais e que devem ser mensuradas ao seu valor presente.
 Durante o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2021, o Banco contribuiu com R\$ 17.179 e R\$ 14.105 (2020 - R\$ 27.957 e R\$ 15.102) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal". De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2021		2020
	Ativo posicionado em 31/12/2021	Ativo posicionado em 31/12/2020	
Patrimônio de referência (a)	10.366.266	10.082.135	
Alocação de capital (por risco)	10.366.266	10.082.135	
Risco de crédito	3.834.748	3.055.446	
Risco de mercado	737.882	689.520	
Risco de operacional	844.795	821.260	
Patrimônio de referência exigido (b)	5.417.425	4.566.226	
Margem (a-b)	4.948.841	5.515.909	
Ativo ponderado pelo risco (c)	67.717.814	57.077.825	
	15,31%	17,66%	

33 Limites Operacionais

O Conglomerado Financeiro Citibank Brasil opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099, de 17 de agosto de 1994, do Conselho Monetário Nacional - CMN. Esse índice conforme facultada a referida legislação é apurado para o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Patrimônio líquido ajustado - Nível I	10.366.266	10.082.135
Natureza Fiscal	10.366.266	10.082.135
Risco de crédito	3.834.748	3.055.446
Risco de mercado	737.882	689.520
Risco de operacional	844.795	821.260
Patrimônio de referência exigido (b)	5.417.425	4.566.226
Margem (a-b)	4.948.841	5.515.909
Ativo ponderado pelo risco (c)	67.717.814	57.077.825
	15,31%	17,66%

34 Outras informações

a) Como parte das atividades normais, o Banco assume compromissos e responsabilidades com avais e fianças prestadas a clientes apresentados a seguir, os principais critérios e informações utilizados para a constituição da provisão para perdas estão descritos na nota 31.

	2021	2020
Beneficiários em garantias prestadas		
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	316.883	201.943
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	882.746	1.923.752
Vinculadas ao Fornecedor de Mercadorias	-	269.833
Avál ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos	2.535.210	2.807.222
Natureza Fiscal	6.088.007	5.380.911
Outras Fianças Bancárias	9.822.846	10.583.661
Total	183.242	132.211
Créditos abertos para importação	83.426	132.211
Créditos de exportação confirmados	638	758
Total	9.906.910	10.716.630
Provisão para garantias financeiras prestadas		
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	(1.206)	(102)
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	(3.165)	(10.896)
Vinculadas ao Fornecedor de Mercadorias	-	(756)
Avál ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	(6.256)	(8.521)
Outras Fianças Bancárias	(65.330)	(145.077)
Total	(75.957)	(116.352)
Total líquido	9.830.953	10.551.278
b) O saldo de relações interfinanceiras refere-se, basicamente, a serviços bancários diversos contratados, executados pela Entidade no valor de R\$ 1.801.564 (2020 - R\$ 2.087.277), conforme nota 31.		
c) O resultado não operacional está composto da seguinte forma:		

Recita não operacional

Lucros com alienação de valores e bens 152 482 253
 Invest de alugueis⁽¹⁾ 115 272 329
 Outras rendas não operacionais 400 867 800
Total **667 1.621 1.382**

Despesa não operacional

Prejuízo na baixa/alienação de valores e bens (220) (296) (343)
Total **(220) (296) (343)**

Total líquido

447 1.325 1.039

⁽¹⁾ Inclui a renda de alugueis de unidades coligadas como a Citi Brasil Comércio e Participações Ltda. e a Citigroup Global Market Brasil CCTVM S.A.

d) Resultados recorrentes e não recorrentes

Apresentação do resultado recorrente e não recorrente do Banco, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	2º Semestre		Exercícios
	2021	2021	
Recita não operacional			
Lucros com alienação de valores e bens	152	482	253
Invest de alugueis ⁽¹⁾	115	272	329
Outras rendas não operacionais	400	867	800
Total	667	1.621	1.382
Despesa não operacional			
Prejuízo na baixa/alienação de valores e bens	(220)	(296)	(343)
Total	(220)	(296)	(343)
Total líquido	447	1.325	1.039

⁽¹⁾ Inclui a renda de alugueis de unidades coligadas como a Citi Brasil Comércio e Participações Ltda. e a Citigroup Global Market Brasil CCTVM S.A.

d) Resultados recorrentes e não recorrentes

Apresentação do resultado recorrente e não recorrente do Banco, líquidos dos efeitos fiscais, de acordo com as definições internas e seguindo os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020:

	2º Semestre		Exercícios
	2021	2021	
Recita não operacional			
Lucros com alienação de valores e bens	152	482	253
Invest de alugueis ⁽¹⁾	115	272	329
Outras rendas não operacionais	400	867	800
Total	667	1.621	1.382
Despesa não operacional			
Prejuízo na baixa/alienação de valores e bens	(220)	(296)	(343)
Total	(220)	(296)	(343)
Total líquido	447	1.325	1.039

⁽¹⁾ Inclui a renda de alugueis de unidades coligadas como a Citi Brasil Comércio e Participações Ltda. e a Citigroup Global Market Brasil CCTVM S.A.

	2021		2020	
	Ativo posicionado em 31/12/2021	Ativo posicionado em 31/12/2020	Ativo posicionado em 31/12/2021	Ativo posicionado em 31/12/2020
Reajuste do benefício do plano				
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,40% a.a.	3,40% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Capacidade salarial e de benefício (1)	98%	98%	98%	98%
Percentual de aumento do custo médico por faixa etária	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%	AT-2000 suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inviduados	IAPB 57	IAPB 57	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability desagravada em 50,00%	Mercer Disability desagravada em 50,00%	Mercer Disability desagravada em 50,00%	Mercer Disability desagravada em 50,00%
Rotatividade	TS: Tempo de Serviço	TS: Tempo de Serviço	TS: Tempo de Serviço	TS: Tempo de Serviço
Composição familiar	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir:	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir:	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir:	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir:
	55 anos (*) - 40,00%	55 anos (*) - 40,00%	55 anos (*) - 40,00%	55 anos (*) - 40,00%
	56-57 anos - 20,00%	56-57 anos - 20,00%	56-57 anos - 20,00%	56-57 anos - 20,00%
	58 anos - 15,00%	58 anos - 15,00%	58 anos - 15,00%	58 anos - 15,00%
	59 anos - 5,00%	59 anos - 5,00%	59 anos - 5,00%	59 anos - 5,00%
	60 anos - 100,00%	60 anos - 100,00%	60 anos - 100,00%	60 anos - 100,00%
	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes.	90% dos participantes ativos são casados na data do evento, sendo que a diferença entre homem e mulher é de 4 anos, e possuem dois filhos como dependentes.
	Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.
	Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.	Para os aposentados considera-se o cônjuge informado e que não há filhos dependentes.

⁽¹⁾ O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para recuperação das perdas inflacionárias.

⁽²⁾ 55 anos ou a primeira idade de aposentadoria antecipada, o que ocorrer primeiro.

v. Plano de assistência à saúde para aposentados

O plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O benefício foi concedido para funcionários e seus dependentes que em 15 de outubro de 2002 possuíam 20 anos de serviço e 45 anos de idade.

De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2021	2020
Valor justo dos ativos do plano	23.247	25.116
Valor presente das obrigações atuariais	(268.811)	(291.7



Banco Citibank S.A.

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

☆ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de Reais)

Choques Cenário III:

Carteira de Negociação

Fatores de Risco		Unidade	Choque	Carteira de Banking	
Fatores de Risco		Unidade	Choque	Fatores de Risco	Unidade
Taxa de juros nominais	bps	(140)	Taxa de juros nominais	bps	(175)
Cupom IPCA	bps	(105)	Cupom Dólar	bps	(200)
Cupom Dólar	bps	(175)	Taxa de juros de outras moedas	bps	(97)
Taxa de juros de outras moedas	bps	(48)			
Moeda Estrangeira	%	(12)			

35.4. Gerenciamento de risco de crédito

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito em âmbito global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

A Diretoria

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 10 vezes no período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, onde desenvolveu as seguintes atividades:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e à Diretoria do Banco Citibank S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Citibank S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Citibank S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas associadas ao risco de crédito

Ver notas explicativas 3g, 3i e 8 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3g, 3i e 8, para fins de mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, o Banco classifica suas operações de crédito, que compreendem operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito, em nove níveis de risco ("ratings") de acordo com o julgamento do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros previstos na Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. O Banco aplica, inicialmente, os percentuais de perda determinados pela referida Resolução para cada nível de risco para fins de mensuração da provisão, e a complementa, quando necessário, com base em metodologia interna (provisão adicional). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos do Banco, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas inerentes à mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em função da complexidade dos métodos e das premissas utilizados, bem como do julgamento envolvido, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.	Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à revisão e aprovação das políticas e modelos de risco, aos processos de aprovação, registro e atualização dos níveis de risco ("ratings") das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral, disponibilizada pelo Banco, que suporta a definição e revisão dos ratings dos clientes com base nas Políticas Internas de Crédito. Efetuamos (i) o recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito conforme percentuais de perda determinados para cada nível de risco e avaliamos se o Banco atendeu aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e (ii) o recálculo da provisão adicional, apurada com base em metodologia interna. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, descritas nas notas explicativas nº 3g, 3i e 8 consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a avaliação da mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.
Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários	
Ver notas explicativas 3d, 3f, 6 e 7 das demonstrações financeiras.	
Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d, 3f, 6 e 7, o Banco possui operações com instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados como títulos "para negociação" e "disponíveis para venda" (em conjunto "instrumentos financeiros") registrados a valor de mercado, conforme Circulares nº 3.068/2001 e nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil. Para	Availamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários e de revisão dos indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda".

35.5. Gerenciamento de risco de liquidez

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, a estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de *stress* são revisadas e aprovadas pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

35.6. Gerenciamento de risco socioambiental e climático

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial

Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327/14, nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e o Normativo SARB 14 (Sistema de Autorregulação Bancária), estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão do CFO, para gerenciamento de Risco Socioambiental e Climático, acompanhado das iniciativas e compromissos globais que a Organização assumiu para os temas ambientais, sociais e de governança que refletem as operações locais.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Sobre o Citi - Código de Conduta e Políticas - Responsabilidade Social, Ambiental e Climática.

Para maiores informações sobre os compromissos ambientais, sociais e governança do Citi consulte o site <https://www.citigroup.com/citi/about/esg/> (não auditado).

35.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

35.8. Relatório de gerenciamento de riscos e capital - Pilar 3

Este documento divulga informações qualitativas e quantitativas do gerenciamento de riscos e requerimentos de capital aplicáveis ao Conglomerado Prudencial Citibank Brasil.

Contadora

Camilla Cruz Oliveira de Souza - CRC: 1SP256989/O-0

2021, como parte do processo de observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 25 de março de 2022, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) dos assuntos de destaque do semestre; e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de Atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 25 de março de 2022

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

os instrumentos financeiros que não são ativamente negociados e que não possuem cotação de mercado disponível, a mensuração dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que o Banco efetua julgamentos na elaboração dos seus modelos internos e nas premissas utilizadas para estimar esses valores. Adicionalmente, os ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda" são avaliados quanto a indicativos de evidência de perda permanente do valor recuperável, que também envolve um alto nível de julgamento em sua mensuração. Devido ao nível de incerteza e de julgamento envolvidos consideramos a mensuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros e a avaliação de indicativos de evidência de perda do valor recuperável dos ativos financeiros classificados na categoria "Disponíveis para venda" como um assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3o e 24, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3o e 24, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3o e 24, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3o e 24, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3o e 24, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3o e 24, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3o e 24, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3o e 24, o Banco é parte passiva em processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros em ações de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil têm grau de complexidade elevado, portanto o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências e dos passivos contingentes, relativos a processos relevantes, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional dos assessores jurídicos e do Banco. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos no reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes relevantes consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

